



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com prefeitos do Bureau Executivo de Cidades e Governos Locais Unidos.**

**São Paulo, 08 de outubro de 2004**

Minha querida companheira Marta Suplicy, prefeita da cidade de São Paulo,

Meus companheiros prefeitos que dirigem esta entidade que poderíamos chamar de uma verdadeira Nações Unidas das Cidades, reunidas, aqui, na cidade de São Paulo,

Meu querido companheiro Aloizio Mercadante, senador da República,

Meus amigos prefeitos e prefeitas de todas as cidades do mundo, aqui presentes,

Em 1996, numa campanha política para prefeitos, que fizemos no Brasil, um compositor brasileiro muito importante, escreveu uma música para o meu Partido. E essa música começava mais ou menos assim: “uma cidade parece pequena se comparada a um país, mas é na minha, é na sua cidade que se começa a ser feliz.” E essa música teve um extraordinário sucesso, porque antes de nós vivermos num continente, num país, numa província ou num estado, nós moramos numa cidade.

E é exatamente na cidade onde o povo tem mais facilidade de cobrar, muitas vezes, políticas públicas que não são sequer da responsabilidade dos prefeitos, que são da responsabilidade dos governadores, do presidente da República, dos secretários de Segurança Pública e de tantas outras autoridades. Mas é na cidade que o povo mais tem facilidade de encontrar o prefeito, de encontrar o secretário, de encontrar o vereador e, portanto, fica muito mais fácil a ligação direta entre o ser humano e o poder local.



E isso fez com que, ao tomar posse como presidente da República, nós assumíssemos a responsabilidade de transformar as cidades brasileiras num ente federativo. O que é isso? No Brasil, habitualmente, as cidades não eram levadas em conta. Só para vocês terem uma idéia, todo ano tem marcha de prefeitos para Brasília, para reivindicarem melhorias para as cidades, reivindicarem dinheiro para a saúde, para a educação. E eu fui o primeiro presidente da República a receber, não apenas as entidades dos prefeitos brasileiros, como todo o governo – do Presidente da República ao Ministro das Cidades, Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento, Ministro da Casa Civil – todos, fomos a dois encontros que os prefeitos fizeram no Brasil, onde tinha mais de dois mil prefeitos das cidades brasileiras. E o governo federal foi fazer os debates, foi responder às perguntas e foi estabelecer uma relação civilizada entre o governo federal e as cidades brasileiras.

Antes de nós, os prefeitos não eram recebidos, antes de nós, em alguns momentos, colocaram policiais e cachorros para receberem os prefeitos em Brasília. E nós provamos que governar não é apenas exercer o poder pela força do poder, é exercer o poder pela força da autoridade, do exercício da democracia, do diálogo e da conversa franca e aberta com aqueles que têm tanta responsabilidade quanto o presidente da República, porque estão governando as suas cidades.

Foi exatamente no nosso governo que nós criamos, junto à Presidência da República, na Casa Civil, um departamento para cuidar apenas dos interesses das prefeituras no Brasil. Qualquer prefeito brasileiro que quiser conversar com o governo federal, tem um departamento no gabinete da Casa Civil, portanto, no mesmo andar do presidente da República, para colocar os seus problemas, as suas reivindicações e, quem sabe, fazer as reclamações que tem que fazer no governo federal.

Segundo, na Caixa Econômica Federal, e está aqui o presidente da Caixa Econômica, que é a instituição financeira que mais financia habitação e



saneamento básico, foi criada uma sala especificamente para atender os prefeitos, portanto, os prefeitos não têm que ficar implorando a um deputado para ter uma audiência com a Caixa Econômica Federal. Ele tem uma sala, dentro da Caixa Econômica Federal, onde é tratado de forma civilizada e com a dignidade com que um ente federativo deve ser tratado nas relações entre os poderes institucionais do nosso país.

E, por conta disso, no último encontro dos prefeitos em Brasília, tinha aproximadamente 2 mil prefeitos e todas as entidades representativas de prefeitos no Brasil, e foi com muito orgulho que, estando na mesa, eu pude ouvir dos presidentes das três entidades que representam os prefeitos brasileiros, o agradecimento pelo fato do governo ter atendido 90% das reivindicações que tinham feito no ano anterior. E será com muito orgulho ainda que, no próximo ano, estarei, eu e todo o meu governo, no próximo encontro dos prefeitos, para saber se nós atendemos mais reivindicações do que nós fizemos no ano passado.

Isso, não estamos fazendo nenhum favor, apenas estamos exercitando a democracia na sua plenitude. No Brasil, habitualmente, tratava-se com governadores, mas não se tratava com prefeitos. E nós queremos tratar com prefeitos igual tratamos com governadores. Aliás, alguns recursos que antes eram passados para os governadores, para que os governadores repassassem depois para os prefeitos, nós estamos repassando diretamente para os prefeitos, para que a gente não precise ter a intermediação política dos recursos que o governo federal passa para as cidades brasileiras.

Por conta dessa nova relação, eu posso dizer para vocês que, em apenas 19 meses de governo, o que nós liberamos ou contratamos para saneamento básico, é 14 vezes mais do que foi liberado de 1997 a 2002; e seis vezes mais do que foi liberado de 1995 a 2007. Portanto, em apenas um ano e meio, nós contratamos mais recursos para saneamento básico do que tudo que tinha sido feito neste país nos últimos sete anos, numa demonstração de que,



no Brasil, muitas vezes predominou a idéia de que obras de saneamento básico não eram importantes, porque você tem que enterrar as manilhas e os tubos e, possivelmente, você não possa fazer propaganda, colocando o seu nome ou o de algum parente embaixo da terra, portanto, não se cuidava com carinho do saneamento básico.

Nós achamos que cuidar do saneamento básico é cuidar da saúde, porque para cada real que a gente invista em saneamento básico, a gente estará economizando três reais na área da saúde. E nós dizemos sempre que é muito mais barato evitar que as pessoas fiquem doentes do que curá-las depois que elas já estão doentes.

Entre 1995 e 2002, no nosso país, praticamente 300 mil crianças morreram por doenças adquiridas por falta de saneamento básico nas grandes regiões metropolitanas do nosso país. Nós, então, acreditamos que a relação do governo federal com as cidades brasileiras precisa ser cada vez mais próxima, precisa ser, cada vez mais, um processo de integração para que os prefeitos e as prefeitas possam, sobretudo, ajudar na definição da construção tanto do Orçamento da União quanto na definição das políticas públicas que o governo federal tem que executar no nosso país.

Essa é um pouco da relação que nós estabelecemos com as prefeituras brasileiras. Eu digo sempre que se nós quisermos saber como é a relação do nosso governo com as prefeituras, não precisa conversar com nenhum prefeito do PT, é importante pegar prefeituras de outros partidos. E pode ir ao Rio de Janeiro e falar com o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, que é prefeito de um partido antagônico ao PT. E esse prefeito vai dizer a vocês que em 12 anos de vida pública no Rio de Janeiro, nunca um governo tratou essa cidade com o carinho com que o governo federal tem tratado, repassando não apenas os recursos, mas estabelecendo convênios na política de transferência de renda, não apenas com as cidades governadas por nós, mas com todas as cidades que tenham políticas de transferência de renda mínima.



Nós fazemos parceria, temos apenas um cartão magnético construído e distribuído pela Caixa Econômica Federal, onde nós não queremos o nome do governo federal. No cartão está o nome do governo federal, o nome do governo do estado, o nome do prefeito da cidade porque, para nós, o que interessa não é quem é o pai da criança, o que interessa é que a criança esteja recebendo o tratamento adequado que a administração pública tem que dedicar às nossas crianças.

E quando eu participo de um encontro dessa magnitude, onde vejo prefeitos de cidades extremamente importantes, não apenas pela sua dimensão econômica, mas pelo alto estágio de civilização que já conquistaram, pelo alto estágio na qualidade das políticas públicas que já implementaram, eu só posso dizer que vocês têm muito para ensinar a nós, brasileiros e nós temos muito a aprender com vocês.

Mas, ao mesmo tempo, é importante que a gente saiba que pode fazer muito mais, e que nesse mundo globalizado, política externa não pode ser feita apenas pelo presidente da República ou pelo Itamaraty. É preciso que as cidades, em cada país do mundo, estabeleçam uma relação como vocês estão estabelecendo, aqui, para que tenhamos uma ação cada vez mais forte, para que vocês possam ter ingerência nas decisões públicas de cada presidente da República, nas decisões das Nações Unidas, nas decisões da OMC e, por fim, nas decisões de todos os organismos multilaterais que existem, hoje, no mundo.

Vocês não podem se contentar em achar que o papel de vocês é apenas administrar uma cidade e deixar a política maior por conta de outras autoridades. Obviamente, tem uma hierarquia, mas essa hierarquia não precisa ser desrespeitada para que os prefeitos tenham uma ação política mais ousada, mais internacionalizada, e que a gente possa trabalhar juntos, por exemplo, na questão do combate à fome.

E quando eu digo trabalhar junto na questão do combate à fome, eu digo



que se os prefeitos não assumirem a responsabilidade de uma ação concreta na política de combate à pobreza, nós teremos muito mais dificuldades do ponto de vista de governo federal, do que se essas cidades assumirem. E quando eu digo as cidades assumirem, é porque vocês podem fazer muito mais. Nós, aqui, no Brasil, por exemplo, vamos instituir um prêmio para a semana de 9 a 15 de agosto do próximo ano, onde cada ministério ligado a uma das áreas das Metas do Milênio, vai entregar prêmios às melhores experiências nas cidades, por exemplo, na área da saúde, na área de educação, na área da mulher, na área da igualdade racial, na área da habitação, na área da nutrição infantil, para que a gente possa incentivar cada prefeito. Se assumirem o compromisso de cumprir as Metas do Milênio, ficará muito mais fácil para nós chegarmos em 2015 e constatarmos que somos capazes de cumprir o protocolo de intenção tão bem assinado em Roma, no ano de 2000, por quase 160 chefes de Estado que assinaram esse documento.

No encontro que nós tivemos nas Nações Unidas, com a participação muito efetiva dos presidentes Chirac, Zapatero, Lagos, do Chile; e com mais de 60 presidentes, entre presidentes da República, chefes de Governo e ministros. Assinaram o documento, praticamente 113 governantes do mundo inteiro, o que é um feito inusitado para as Nações Unidas. Levar o tema da fome significa transformar este tema num tema político e, na hora em que virar um tema político, por mais que seja insensível, um presidente da República há de se convencer que o mundo desenvolvido e, mesmo nós brasileiros, que temos muita gente pobre, temos a obrigação de ajudar os países mais pobres do que nós, afinal de contas, muitos dos países pobres foram colônia há pouco tempo atrás.

Alguns se libertaram ainda no século XX, portanto, a responsabilidade pelas políticas públicas, sociais, pelas políticas de desenvolvimento, não são apenas dos países pobres. Os países ricos precisam assumir a responsabilidade e eu tenho dito publicamente: não precisa dar dinheiro, não é



preciso dar dinheiro, se tem uma cidade que precisa de uma clínica, construa a clínica. Vamos construir através de um organismo multilateral. Se tiver uma cidade que precisa de uma escola, vamos construir a escola, não precisa dar dinheiro.

O que nós não podemos é ficarmos paralisados, alheios ao problema do crescimento da pobreza, sobretudo, em países da África, em países da América Latina, em alguns países do Caribe, como eu tive oportunidade de visitar, há pouco tempo o Haiti. Não adianta apenas pensar em eleição direta no Haiti, não adianta pensar apenas em eleger um presidente no Haiti, porque se a gente não tiver uma atitude de ajudar a combater a miséria estabelecida naquele país, não há democracia que resista ao Haiti. E assim vale para os outros países, para as outras cidades.

Eu quero terminar dizendo para vocês o que eu disse ontem no encontro da FAO. Eu, pelos prefeitos do PT que conheço, aqui, no Brasil, nós temos gente da mais alta inteligência, temos os melhores técnicos que o mundo produziu, temos os melhores contadores que a universidade do mundo produziu. Aqui, no Brasil, e nas cidades de vocês.

Agora, qual é o apelo que eu faço? É que não é possível a gente governar a nossa cidade, o nosso estado, o nosso país apenas com a sabedoria do nosso cérebro. É preciso que a gente reparta um pouco dessa sabedoria com a sabedoria do nosso coração. É preciso deixar que o coração, muitas vezes, fale mais alto, porque quem está perto de nós para reivindicar alguma coisa, muitas vezes, não são as pessoas que mais necessitam, não são as pessoas que precisam receber as políticas públicas. Muitas vezes, os que votaram em nós não conseguem nem chegar perto, não conseguem nem marcar uma audiência, e muitas vezes outros são tratados, eu diria, com uma certa benevolência, enquanto os pobres que passam fome, não estão organizados em sindicatos, não estão organizados em partidos políticos, não estão organizados em nenhuma ONG. Eles estão à espera de que nós – que



comemos três vezes por dia, que tomamos café, almoçamos e jantamos todo dia – estendamos a mão e façamos com que eles conquistem o direito bíblico, o direito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e que está na Constituição de todo país: o direito de comer, que é um direito sagrado a toda a vida animal no mundo. Portanto, eu acho que as prefeituras têm um papel extraordinário, um papel exuberante, eu diria, mais importante do que qualquer prefeito possa imaginar que tenha.

O que nós precisamos é exercer, não o poder da força, o poder da caneta, mas a autoridade do gesto democrático, a autoridade do convencimento, a autoridade das decisões sábias, para que a gente possa, daqui a algum tempo, olhar para o Planeta e perceber que não tem o mundo desenvolvido e o mundo pobre, mas que tem o mundo onde todos têm acesso às coisas básicas que a lei da natureza e da vida humana obriga que a gente tenha. E eu acho que nós podemos fazer isso.

Por isso que eu saí muito agradecido do encontro da ONU. Saí agradecido porque percebi que não é uma coisa fácil. Nós não vamos sensibilizar, por exemplo, um governante que não quer dar dinheiro para um país pobre. Não é fácil, eu sei, o Prefeito de Paris convencer um cidadão de Paris a dar dinheiro para cuidar de um pobre no Haiti. Não é fácil e não é simples, porque o cidadão francês, ou espanhol, ou da Tunísia, de Pretória ou de qualquer outro país, esse cidadão quer saber para onde vai o seu dinheiro. Se o seu dinheiro vai ser aplicado corretamente, se não vai ter corrupção, se não vai ser desviado, porque a verdade é que tem país pobre onde o governante tem uma conta gorda na Suíça.

O povo já não está mais com a intenção de fazer com que o seu dinheiro seja desviado. Então, é preciso pensar como nós podemos ajudar. O que não dá é para ficarmos paralisados.

Eu fui a São Tomé e Príncipe, Marta. São Tomé e Príncipe é uma ilha na África, defronte ao nosso querido país. Tem apenas 150 mil habitantes. É um





lugar extraordinário para o turismo. Os europeus iriam adorar passar um final de semana numa praia em São Tomé e Príncipe. Acontece que lá tem 100% de malária, e se tem malária, não vai turista. E como é que nós vamos combater a malária? É fazendo saneamento básico para que aquele país tenha a chance de se desenvolver. E não custa muito. Mas se nós não fizermos, daqui a 100 anos nós ainda vamos estar discutindo a pobreza de São Tomé e Príncipe, a pobreza de Moçambique, a pobreza do Haiti e a pobreza de tantos outros países.

Portanto, é um apelo que eu faço aos meus queridos visitantes prefeitos das cidades do mundo: eu penso que vocês precisam exercitar, com mais ousadia, com mais força, uma ação política internacional, para que possam, não apenas ser solidários, mas pressionar as instituições de cada país, o governo de cada país, a olhar com mais sensibilidade para aqueles que não tiveram a mesma sorte dos povos que moram nos países desenvolvidos.

E eu tenho certeza que se depender de um fórum dessa magnitude, que se fortalece, que pode ter uma força importante nas decisões nas Nações Unidas, que pode ter uma força importante nas decisões das políticas de solidariedade em cada país, nós poderemos construir um mundo mais justo, mais solidário, num tempo menor do que a gente pode imaginar. É só acreditar e é só perseverar que nós conquistaremos esse mundo.

Muito obrigado, e boa sorte a vocês.